

vieram, e eu pediria a V. Ex.^a, para formular a minha questão de ordem, Sr. Presidente... (Manifestações das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Houve uma questão de ordem semelhante a esta e que já foi decidida.

O SR. JOÃO CUNHA (MDB — SP) — Eu pediria para formular a questão de ordem vazada nos termos...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Eu pediria que V. Ex.^a citasse logo o Regimento.

O SR. JOÃO CUNHA (MDB — SP) — Eu gostaria de pedir a V. Ex.^a que desse a interpretação regimental que autoriza, ou saber se foi a pedido de V. Ex.^a ou por determinação do Palácio do Planalto, que tal fato se deu. Porque, temos aqui, Sr. Presidente, a questão de ordem formulada; os familiares de dois desaparecidos, hoje encontrados; Denise Antônio Casemiro, enterrado no Cemitério Dom Bosco e Luis Eurico Teixeira Lisboa enterrado no Cemitério Dom Bosco também; esses familiares querem os seus lugares lá, que não devem ser ocupados por policiais! (Manifestações das galerias.) Primeiro, Sr. Presidente, que V. Ex.^a determine essa verificação pela Ssegurança da Casa; em segundo lugar, se não for possível que V. Ex.^a dê ordem unida e tenho a certeza de que muitos sairão!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Eu faria um apelo às galerias para que se mantivessem numa atitude democrática e educada, porque, do contrário a Mesa se verá constrangida a fazer evacuar as galerias, o que fará inexoravelmente.

Quanto à questão de ordem ou ao problema — porque não chegou a ser uma questão de ordem — levantado pelo Deputado João Cunha, eu diria a V. Ex.^a que a Mesa jamais exigiu carteira de identidade para alguém penetrar nas galerias (muito bem.) De forma que, a entrada é pública, a entrada é livre, a entrada é franca e eu não posso fazer qualquer discriminação entre funcionários, professores, militares ou advogados. É possível que o Deputado João Cunha tenha condições de fazer isso, eu não tenho e a Mesa não tem. Continuará a sessão, para que ela não seja perturbada.

O SR. JOÃO CUNHA (MDB — SP) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Peço a V. Ex.^a que cite o artigo do Regimento em que V. Ex.^a se baseia.

O SR. JOÃO CUNHA (MDB — SP) — Pelo regimento do Exército de que é proibido este tipo de manifestação por parte de militares. (Manifestações das galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Perdoo, mas lembraria que o que V. Ex.^a está fazendo é apenas uma impertinência, não mais do que isso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (MDB — RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa.

Aqui nesta Casa, o projeto vai ser aprovado como o Governo quer! Sim, porque o Governo conhece as suas lideranças da ARENA, ele as tem na mão, quase que totalmente. São raras as exceções que votam a favor do povo e contra os interesses do Governo. No Senado, o povo quase não tem representação decisiva, porque o Governo nomeou os bionicos e, com isso, os tem presos à sua mão. (Palmas.) Essa ditadura tem muitas maneiras de conseguir os seus objetivos. Alguns compra pelos recursos financeiros, outros, solapa com o dinheiro do FINOR, outros nomeia como governador. Para alguns da plateia, dá latinhas de iogurte para virem satisfazer a necessidade alimentar. Mas o que essa ditadura não conseguiu dobrar neste País, nestes quinze anos, foi a vergonha da gente brasileira; essa não se dobrou. Essa foi torturada, foi massacrada, foi humilhada, foi roubada, foi estropiada mas permanece a reclamar por um estado de direito e por liberdade. O povo saiu, saiu e pediu anistia.

Alguns arenistas agora já não falam mais em corrupção nem de subversão. Os arenistas desta Casa já não falam mais da Revolução redentora, já não falam mais no regime salvador. Eles estão apenas tentando proteger os seus quinhões, os seus interesses, os seus mandatos bionicos, as suas nomeações para o INPS, e as suas nomeações para diretores de bancos.

Ouvi aqui nesta Casa, dos homens do Governo, que nós da Oposição temos medo da volta das lideranças de Arraes, de Prestes, de Julião e de Brizola. Não, meus irmãos, nós os queremos no Brasil, porque Brizola, Julião, Prestes e Arraes estão do nosso lado para derrubar a ditadura militar que ocupa o País.

Enganam-se os que pensam que vão nos dividir com a chegada de novas lideranças. Vamos marchar juntos, meus irmãos, para fazer a reforma agrária que o País precisa, para devolver o Brasil a um estado de direito.

A posição do MDB está bem clara, a nossa posição está no nosso substitutivo, clara, limpa, tranqüila, serena e pacificadora. Queremos todos de volta, queremos todos no nosso meio com dignidade, exercendo as suas funções, as suas atribuições.

Queremos os brasileiros unidos. Até os brasileiros que ganharam recursos do FINOR, para ocupar cargos públicos: até os brasileiros que ganharam iogurte para tentar tumultuar o trabalho do Legislativo.

Nós os convidamos, é preciso a unidade da Pátria para salvá-la.

Quando essa ditadura se implantou e expulsou os que serão hoje anistiados, nós devíamos três bilhões de dólares. Agora nós devemos cinquenta bilhões de dólares, pela incompetência, pela ineficiência e pela fraude.

Oxalá meus irmãos brasileiros, oxalá, Sr. Presidente, para terminar, que os exilados que voltam consigam levantar em V. Ex.^a e nos homens da ARENA que ainda não sentiram o povo, o senso de responsabilidade para um País que foi endividado por uma Revolução que só beneficiou o capital estrangeiro, que banuiu esses brasileiros da nossa Pátria e que agora precisa trazê-los de volta, para tentar solucionar os nossos problemas.

Lembro a V. Ex.^a a responsabilidade da ARENA. Lembro a V. Ex.^a que existem presos políticos em greve de fome, que poderão perder a sua vida pela insensibilidade do regime. Lembro a V. Ex.^{as}, da ARENA, as raras e honrosas exceções da ARENA, que também votam com o povo, apesar da pressão do regime; lembro a V. Ex.^{as}: na História, nessa História não há lugar para aqueles que fogem das responsabilidades, não há lugar para aqueles que procuram seus interesses privados e deixam o povo lançado ao seu bel-prazer.

Os cabelos brancos de V. Ex.^a servirão e terão a obrigação de orientar a sua bancada para honrar o Brasil, para levantar o Congresso Nacional à altura que ele merece e não à condição humilhante que foi lançado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cantídio Sampaio.

O SR. CANTÍDIO SAMPAIO (ARENA — SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não importa o dispositivo de pressão que se tenha armado contra o projeto de anistia. Nós, os componentes da Aliança Renovadora Nacional, saberemos cumprir o nosso dever. (Manifestações das galerias.)

Sr. Presidente, sei que quem me vai é uma fração minúscula do povo brasileiro, (manifestações das galerias) é apenas a patulha ideológica aqui representada nesta Casa, mas a mim não intimida, nem me constrange, nem me deprime, podem valer à vontade, porque aqui falo e voto para o povo brasileiro e não para uma minoria comprometida com a esquerda internacional.

Ora, Sr. Presidente, esse projeto de anistia é o máximo que poderia ser apresentado a esta Casa como motivação para o conagraçamento nacional. É necessário que não se façam confusões. Sabe-se bem que hoje no mundo inteiro há um elemento novo que se chama terrorismo e não aqui... (Apupos) — Aos que me valiam eu peço desculpas por ofendê-los. Não no Brasil apenas, mas no mundo inteiro, desafiando democracias, infernizando a vida das nações que não souberam tempestivamente guardar as estruturas democráticas.

Portanto, Sr. Presidente, este projeto constitui o máximo que se poderia fazer dentro daquele dever impostergável do Presidente da República, de resguardar a ordem desta Nação, para que realmente possamos marchar para o desenvolvimento.

As nações que quiseram ser benignas pagaram muito cedo o seu preço.

Ainda há dias nesta Casa o chanceler espanhol nos falava, com a sua experiência recente, que a anistia irrestrita é uma trampa, é um engodo, porque na verdade os terroristas voltam, voltam ao local do crime, voltam a reincidir. Portanto, Sr. Presidente, foi feito o máximo de concessões, o projeto é tão amplo quanto possível, é o parâmetro que se estabeleceu aqui. A limitação que se fixou é aquela que casa com o mais legítimo interesse da Nação brasileira e não de minorias insatisfeitas.

Sr. Presidente, falou-se agora há pouco que o Presidente João Figueiredo nega a anistia que seu pai conseguiu. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é necessário que se compreenda o papel do estadista. O estadista é um homem que tem responsabilidades com o presente e com o futuro da Nação que dirige, não pode fazer concessões de ordem emocional, é o Presidente da República e a Aliança Renovadora Nacional, sem coação, segura de que cumpre o seu dever, vai dar a sua sanção irrestrita, sim, mas ao projeto que veio do Presidente da República e ao Substitutivo Ernani Satyro. (Muito bem!)

morte do Presidente Juscelino Kubitschek que anistiou aqueles que se levantaram em armas contra o seu Governo legitimamente Constituído, ao contrário do vigente, que embora ilegítimo, não quer anistiar aqueles que se levantaram em armas contra a ilegitimidade do Governo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Com a palavra o nobre Deputado Nelson Marchezan.

O SR. NELSON MARCHEZAN (ARENA — RS. Pronúncia, como Líder, o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Este início de tarde cheio de emoção e de muita preocupação, é também um momento histórico da vida nacional. É mais do que um momento histórico e de extrema importância, ele prova o acerto daqueles que vêm sustentando, ao lado do Governo, a tese de que é possível conquistar a democracia numa marcha firme e tranqüila rumo à liberdade.

Aqui, nesta tarde, o Congresso brasileiro haverá de, através de uma lei, trazer ao País, à liberdade, milhares de brasileiros, que, nos entreveros dos desentendimentos por que passou o nosso País, perderam os seus direitos e foram excluídos da comunidade política nacional.

Resgata assim o Governo o seu compromisso livremente assumido com a Nação, e o faz de tal forma que preserva para todos os brasileiros as conquistas já adquiridas, a liberdade da imprensa, o parlamento, a democracia, os poderes constituídos, derrogados que foram os atos institucionais, que por tanto tempo se fizeram sentir sobre a Pátria.

Esta tarde prova o contrário da tese da Oposição, que não se cansou de vir a esta tribuna para desacreditar as nossas teses, para dizer que o Governo não abriria mão de seus poderes, para dizer que o Governo era incapaz de abrir a mão, para dizer que o Governo era incapaz de estender o braço e praticar a conciliação.

Aqui, quer queiram, quer não queiram os integrantes da Oposição, estamos a demonstrar, sobejamente, como este caminho nós o estamos perseguindo, como nós estamos ajudando a construí-lo, como nós, modestamente, humildemente, todos nós que integramos o Governo, estamos procurando ajudá-lo.

E se vê, também, Sr. Presidente, mais uma vez realçado que nem todos querem só servir à anistia, à democracia e à liberdade. Há alguns, felizmente não muitos, que procuram em qualquer tempo, mais se servir dela do que propriamente servi-la, mais tirar proveito político do que construí-la, mais canalizar as simpatias, a dor e o sofrimento do que mitigar essa dor e esse sofrimento. (Muito bem!)

Esta é a nossa posição. Sr. Presidente. O nosso projeto representa o máximo que podíamos conseguir, aquilo que podíamos unir, que podíamos preservar do passado e aquilo que pode construir o futuro. E mais, assumimos ao lado do Presidente da República, ao lado do eminente estadista Presidente Figueiredo o compromisso de que este é um passo, um passo que é uma caminhada, mas que outros passos, outras caminhadas haveremos de fazer para que nos reconcillemos, todos os brasileiros, tenham ou não praticado sejam quais forem os crimes.

Por isso, Sr. Presidente, que a Bancada do nosso partido traz hoje perante o Brasil este projeto, assume o compromisso de votar, assume o compromisso de prosseguir e, sobretudo, tem a consciência tranqüila de que está aqui fazendo o máximo que pode, o máximo ao seu alcance, o máximo sem risco, o máximo sem anarquia, sem titubeio, sem que haja choques no País.

Tenho dito, tenho repetido, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que é muito difícil o nosso papel. Melhor fora se nós pudessemos adotar uma posição irresponsável, melhor fora se nós não tivéssemos consciência e pudessemos comprometer o passado. Mas, felizmente um punhado de homens, que se constitui na maioria desta Casa, só tem um compromisso, que é o de construir a liberdade, construir a democracia e construir dias melhores para o nosso povo. Isto o faremos. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao Senador Paulo Brossard, que falará como Líder.

O SR. PAULO BROSSARD (MDB — RS. Como Líder, pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É contraditória a impressão que se tem neste momento; as sensações que assomam ao espírito lembram as lutas travadas durante tanto tempo, para que num certo momento uma lei de anistia pudesse ser votada. Até há algum tempo só a Oposição falava em anistia. A anistia parecia ser uma coisa imaginária e inacessível, mas em meio àquele mar de desesperança a Oposição brasileira jamais deixou de cumprir o seu dever, clamando para a adoção da medida saneadora e reparadora, necessária sempre depois das grandes comoções sociais.

A voz da Oposição somaram-se outras vozes, ilustres e respeitáveis. Quicá a primeira a juntar-se à nossa voz foi a da Ordem dos Advogados do Brasil. (Palmas.) Quase ao mesmo tempo a da Associação Brasileira de Imprensa. (Palmas.) Não tardou a da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. (Palmas.) E seria um longo trabalho a enumeração de todas as vozes que começaram a surgir, aqui e ali, avolumando-se através das várias entidades que pelo Brasil afora vieram a surgir com a missão precípua, com o encargo específico de lutar pela anistia.

Até ontem, era só a Oposição que clamava por esta medida. E este ontem não faz muito tempo. Até o início deste ano, nas esferas oficiais jamais se pronunciava esta palavra maldita nos arraiais do Governo.

De modo que, Sr. Presidente, eu festejo aqui a vitória da Oposição brasileira, que encarnou a opinião liberal do Brasil. (Palmas.) O trabalho da Oposição brasileira chegou até o Palácio do Planalto, de onde haveria de sair um projeto de anistia mau, deficiente, incongruente, mas assim mesmo um projeto que, até o Governo passado, seria incapaz de surgir e foi incapaz de aparecer.

A opinião pública nacional ganhou dimensões tais que chegou a impressionar o Chefe do Governo. Ai, Sr. Presidente, o motivo de aplauso. Por que não? Mas aí também começou o grave erro praticado pelo Governo.

Há instantes a Casa ouvia a eloqüente oração do porta-voz do Governo na Câmara dos Deputados, e S. Ex.^a dizia franca e abertamente: Foi isto o que nós pudemos dar; foi isto o que foi possível dar. Não discuto, Sr. Presidente, se teria sido isto, realmente, o que o Governo poderia propor. Não sei, mas o que sei é que o Governo, que chegou a impressionar-se com os impressionantes clamores da alma brasileira, que está cansada do arbítrio que nada produz de bom e que tanto produz de ruim, o Governo, que foi capaz de ouvir os vagalhões da opinião pública, rugindo por toda a parte, não foi capaz de sentir que o Brasil de hoje é um Brasil diferente do Brasil de ontem, e que não mais é dado a um Governo pretender governar como se esse País não tivesse alma, não tivesse opinião, não tivesse respeitabilidade e não tivesse uma Oposição que encarna as aspirações mais legítimas do povo brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

O Governo procedeu como se esta Casa não fosse a Casa do povo brasileiro e como se o povo brasileiro já não houvesse quebrado os grilhões do despotismo, já não tivesse manifestado o seu desprezo e a sua repulsa pelos atos de arbítrio. O Governo não percebeu que estava na hora de tratar com a Oposição, e de fazer isto que em todos os países do mundo e em todos os parlamentos, e em todas as democracias ninguém se peja de fazer e nenhum governo se recusa de praticar. O Governo ainda não aprendeu que a negociação é um processo, é um processo de busca de soluções, e de soluções boas. Se é verdade o que diz o nobre Líder do Governo na Câmara dos Deputados, que era isto que agora o Governo podia conceder, era isto o que era possível fazer, então aquele negociou com alguém, com alguém ele transacionou, com alguém ele discutiu, com alguém ele acertou, com alguém ele combinou. Mas esse alguém, não foi o protagonista necessário do diálogo político, que é a Oposição parlamentar na Câmara e no Senado da República. (Palmas.)

Grave erro cometeu aí o Governo. Por quê? Porque a anistia, antes e acima de tudo, é uma medida política de conciliação. E nenhum assunto mais adequado para que se começasse a fazer aquilo que os anos do arbítrio afastaram da vida pública. Mas que por força da natureza das coisas há de ressurgir e ser restabelecido.

É que até ontem a Oposição era chamada de inimiga. Até ontem a Oposição era qualificada de inimiga. Por quem? Pelo suposto primeiro magistrado da Nação. Esta mentalidade anacrônica e primária já ninguém é capaz de externar. Mas, não externando por palavras, o Governo, no seu vezo autoritário, repete por atos.

Veja só a Casa: um projeto que deverá acender alegrias e deverá marchar triunfalmente na Casa dos representantes do povo, foi encontrando os embaraços da sua tramitação fora do Congresso, quando, ao longo dos dias, quando na sucessão das noites, a sociedade foi externando as suas reservas e formulando os seus reparos, dada a pequenez do projeto governamental.

Veja o Governo o erro em que incidu e que tem incidido ao persistir na ignorância de que a democracia se faz praticando a democracia, e não concebendo os seus projetos, frutos das combinações palacianas, e depois jogados no seio do Congresso para que este os aprove, como foi a melancólica crônica parlamentar de mais de 10 anos, de cerca de 15 anos. Tome o Governo nota do fenômeno que irrompeu em torno deste projeto, e veja que não é mais possível governar este País com os métodos que vinham sendo adotados até aqui. Tire, pelo menos, essa ilação.

É uma pena, Sr. Presidente, que o Governo não houvesse antes discutido, clara e lealmente, com a Oposição brasileira.

Gosto de dizer as coisas de maneira clara. Compreendo que, por questões tais ou quais, sábias ou erradas, o Governo não pudesse ou não quisesse chegar até ao ponto que é o da Oposição, da anistia sem peias. Mas, ainda assim, a negociação só poderia trazer vantagens. E se o Governo, aqui e agora, numa primeira fase, não pudesse se associar à bandeira oposicionista, creio que muitos dos defeitos do projeto poderiam ser elididos, poderiam ser riscados. Mas, não. Mas, nada. A grande alegação para limitar a anistia foi de que o Governo não anistiará terroristas. Este eu creio que tem sido um dos pontos mais em evidência colocados pelos defensores do projeto.

Jamais defendi, e espero em Deus jamais defender, atos de violência. A violência para mim não apenas é antinatural, como contrária à natureza humana, como também o é, e por isto mesmo, um atentado aos princípios democráticos. A democracia se funda na persuasão e a persuasão na palavra inteligente; e o ato de violência é a negação da inteligência, e a negação da palavra é a negação da persuasão. De modo que não há necessidade de grandes demonstrações a esse respeito, porque figuro entre os primeiros a repelir, da maneira mais profunda, qualquer ato de violência.

Mas, manda a verdade, Sr. Presidente, que seja lembrado que nós atravessamos uma longa e escura era de violências de toda a ordem — e o mais grave ainda é que muitas dessas violências foram cometidas por aqueles que, mais do que quaisquer outros, não podiam praticá-las.

Será um ato de persuasão democrática? Será um ato que se possa conciliar com a natureza, com a essência da democracia, um AI-2, por exemplo, que começou por institucionalizar a desordem em nosso País? Depois do AI-2, o AI-5, que veio não apenas institucionalizar a desordem mas inaugurar um período sombrio, um período negro, um período repulsivo da História brasileira, quando a violência, nas suas feições mais bárbaras, nas suas modalidades mais repulsivas, nas suas degradações mais repugnantes, vicejou e prosperou neste País, sob o signo falso da ordem que não é ordem, da ordem que é desordem, porque da ordem que é crime.

Depois do AI-2 e do AI-5 houve quem veio praticar contra o Brasil aquilo que passou a ser conhecido como o "pacote infame", como o "pacote de abril". E isto não é desordem? E isto não é violência? E isto não é crime? E isto não é subversão? Mas notem os Srs. Congressistas que estes atos não foram praticados por jovens imberbes e inexperientes; estes atos foram praticados por homens que, pela idade e pela autoridade, não podiam jamais praticá-los e, ainda mais, foram praticados com quebra de juramento de honra feito perante a Nação. Isto não é violência? Isto não é de causar uma reação proporcional à própria desqualificação desses atos?

Mas, se sairmos do plano alto, das camadas governantes, e mergulharmos no subsolo da administração, então, Sr. Presidente, é preciso recorrer aos versos, com que Dante retratou o inferno, para bosquejar o que se passou no subsolo da administração neste País.

De uma feita, da tribuna do Senado, o Líder do Governo chegou a dizer, diante das críticas da Oposição, que o Governo não respondia pelo que se passava nos porões da Administração. Está nos Anais. Ao tempo, eu disse que, graças à palavra do porta-voz do Governo, esse Governo tinha porões, e que, pelo que ocorria nos porões do Governo, ele não respondia. Completei que corria o risco de o mau cheiro dos porões chegar até os salões do Governo.

Ai estão, Sr. Presidente, as denúncias que se repetem sobre as violências praticadas no fundo das masmorras, em outras palavras, a respeito das torturas praticadas nas dependências da Administração.

Eu, Sr. Presidente, que repilo a violência, que repilo o terrorismo em todas as modalidades, pergunto: qual a diferença que existe entre um terrorista e um torturador? Qual é?

São tipos do mesmo gênero, e, se ainda fosse preciso estabelecer uma ordem, creio que o terrorista, que em campo aberto pratica o seu ato vandálico, correndo os riscos da sua ação, ainda é menos condenável do que aquele que, ungido de autoridade, abusando da lei, do silêncio das noites, protegido pela ausência de testemunhas, servindo-se de um objeto — porque já deixa de ser uma pessoa humana, para ser um objeto — exercer sobre um pobre, sobre um miserável objeto humano, a cruza dos seus instintos bestiais. (Palmas.)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, como teria sido bom que estas coisas pudessem ser ditas num ambiente sério e alto, como deve ser uma discussão do Governo com a Oposição, da Oposição com o Governo; como teria sido bom que estas coisas pudessem ser examinadas com franqueza e lealdade, antes que o

projeto, como obra definitiva do pensamento do Governo, tivesse chegado a esta Casa.

Agora, Sr. Presidente, a sorte está lançada, temos de votar circunscritos pelas modalidades regimentais.

A Oposição nesta Casa reivindica a glória de ter criado as condições para que a anistia pudesse chegar a esta Casa, ao mesmo tempo em que declara que este projeto, que aqui está, está longe do seu modelo ideal.

Deplora, Sr. Presidente, que um ato de sabedoria não tenha alargado os limites deste projeto, porque aquilo que sair daqui, na tarde de hoje, será a semente que vai germinar, vai florescer e vai vencer. Hoje, estamos vencendo uma batalha, mas a guerra, a campanha, digo melhor, a campanha pela anistia, pela anistia sancionadora, pela anistia pacificadora, esta continuará, não vai continuar amanhã, porque vai prosseguir hoje.

Votado hoje o projeto da anistia restrita ou da anistia mesquinha, ou da anistia caolha ou da anistia paralisca, hoje, ainda hoje, daqui diremos ao Brasil: A nossa vitória está longe, ainda, de ser alcançada, mas, dia mais, dia menos, ela virá, pela voz dos homens que, no fundo das trevas, não perdendo a esperança, anunciavam ao Brasil a anistia para os brasileiros. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho, como Líder.

O SR. JARBAS PASSARINHO (ARENA — PA. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A impressão que se tem, principalmente alguém com pouca vida política como eu, é de que o dia de hoje, a manhã, que já é tarde, estaria marcado por uma posição oidentada da maioria que estaria votando leis por seu turno imensamente restritivas às liberdades individuais. Se assim fosse, talvez nós, do Governo, talvez nós, da maioria, não estivéssemos recebendo tantas imprecações, tantos insultos e tantos doestos.

No entanto, Sr. Presidente, um dos jornais mais categoricamente contrários ao Governo e um dos mais conceituados jornais desta República, que meu ilustre correspondente no Senado da República, o Líder Paulo Brossard, usa com muita frequência ler-lhe os editoriais, no dia 1.º de julho escreveu a respeito do projeto de anistia estas palavras, que vêm muito ao propósito para o clima que aqui hoje estamos vivendo. Diz o jornal:

"O presidente João Baptista Figueiredo enviou um projeto de anistia ao Congresso Nacional. Julgá-lo pela só extensão e alcance, ignorando contumazmente a intenção que enfatiza, é ceder à má fé, que só sabe arguir deficiências e privilegiar falhas. Aos que assim lamentam não ser a anistia da iniciativa presidencial a anistia "ampla, total e irrestrita" de suas proclamações retóricas e que se recusam a examinar-lhe as virtualidades, caberia perguntar: a má fé, o individualismo faccioso, o preconceito não erguem, de si, formidáveis limitações à anistia — a qualquer anistia?"

A palavra é do jornal *O Estado de S. Paulo*. Em regra... Gosto de ouvir esse tipo de manifestação primária dos meus colegas, de alguns deles, e gosto de ouvir, porque, em regra, *O Estado de S. Paulo* é citado no Senado da República como grande exemplo de combate aquilo que eu represento no Senado. Mas agora, agora, *O Estado de S. Paulo* merece valas.

Vou acostumando-me aos poucos, Sr. Presidente, com isto.

Anistia restritíssima, disse alguém, imoral, disse outro, e uma anistia que, em duas mil duzentas e sessenta pessoas anistiáveis, anistia duas mil e duzentas, apenas sessenta ficam do lado de fora. E ficam do lado de fora não se dizendo que ficarão permanentemente. Ficam do lado de fora tendo o Presidente da República autorizado a mim, como seu Líder no Senado, a, no momento de ler a Mensagem que chegava às duas Casas do Congresso, dizer que este era o primeiro passo de uma primeira fase.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, como Líder do Governo, tive oportunidade de receber em meu gabinete várias comissões, de militares, de artistas, de intelectuais, que nos procuravam, colocando os seus pleitos.

Recebêmo-los, Sr. Presidente, com a homenagem que devíamos prestar à dignidade de cada um.

Não é, seguramente, esta gente que hoje está aqui. (Muito bem! Palmas. Apupos. Manifestação das galerias.) Não a reconheço, não posso reconhecê-la.

Não é, seguramente, aquela que vociferava, a mesma que ontem, humildemente, pedia que se ampliasse a anistia, em seu benefício.

Quando Molière escreveu as suas "Figuras Inapagáveis da Vida do Teatro", quando ele sobretudo se deteve em Tartufo, ele sabia que estava descrevendo uma figura do seu mundo contemporâneo, mas que o estava projetando para o futuro, com segurança, sim, daqueles que, na mão esquerda — e sempre à esquerda — trazem a

Bíblia e vociferam, espumam ódio no momento em que, aqui desta tribuna, com o dedo erguido contra nós, faziam as mais violentas ameaças.

L'am palavras que a eles sabiam mais como se fossem do gosto do Velho Testamento do que do Novo Testamento.

Não era Amor, Sr. Presidente; era Ódio:

"Ai daqueles que...! — Com toda a arrogância: "Ai daqueles que...!"

E, em seguida, outro declarou: "Marcharemos juntos para derubar essa ditadura fascista e sanguinolenta que ai está."

É este Governo que, em total ignorância desse tipo de doença, compreende que o seu dever é maior que a sua sensibilidade para os tipos de ofensas que são primárias. Não deve o Governo perder-se, não deve a Maioria irritar-se; ao contrário, a nós cabe, como coube ao Presidente, o gesto aberto de generosidade, o primeiro. Se ele é aceito, muito bem, e haverá segundo, e haverá terceiro, e haverá perspectiva.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, abaixo o ódio, abaixo a intolerância, abaixo a mosca que se ergue, defendida por um Sr. Senador, para dizer que esta é a Nação brasileira. Falam em nome da Nação como se dela tivessem procuração. Pétain também falava em nome da nação francesa. Onde está a Nação que não esteja também ao nosso lado, que não esteja com o relator Ernani Sartyro, que não esteja com o apoio que lhe vamos dar? É esta nação que vai se pronunciar em seguida. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Viana) — Encerrada a fase de encaminhamento da votação.

Sobre a mesa, requerimento de destaques que serão lidos pelo Sr. 1.º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO N.º 13, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para rejeição da expressão "... crimes eleitorais..." constante do texto do art. 1.º do Substitutivo da Comissão.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1979. — **Freitas Nobre**, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 14, DE 1979

Senhor Presidente:

Nós termos regimentais, requeiro destaque para rejeição das expressões "funcionário ou", constantes do art. 3.º do Substitutivo da Comissão Mista ao Projeto de Lei n.º 14, de 1979-CN.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1979. — Deputado **Nelson Marchezan**.

REQUERIMENTO N.º 15, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para rejeição do art. 11 do Substitutivo da Comissão.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1979. — **Freitas Nobre**, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 16, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 53 de autoria do Deputado Djalma Marinho.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1979. — **Freitas Nobre**, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 17, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 70 de autoria dos Deputados Marcelo Cerqueira e Modesto da Silveira.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1979. — **Freitas Nobre**, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 18, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 72 de autoria do Senador Lázaro Barboza.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1979. — **Freitas Nobre**, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 19, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 113 de autoria do Deputado Benjamim Farah.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1979. — **Freitas Nobre**, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 20, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 129 de autoria do Deputado Paulo Torres.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1979. — **Freitas Nobre**, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 21, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 181 de autoria do Deputado Benjamim Farah.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1979. — **Freitas Nobre**, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 22, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 188 de autoria do Deputado Benjamim Farah.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1979. — **Freitas Nobre**, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 23, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

Requeiro destaque para aprovação da Emenda n.º 35 do Deputado Cantídio Sampaio.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1979. — **Nelson Marchezan**.

REQUERIMENTO N.º 24, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação dos §§ 2.º e 3.º do art. 4.º da Emenda n.º 8 de autoria do Deputado JG de Araújo Jorge e outros.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1979. — **Freitas Nobre**, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 25, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação do art. 5.º e parágrafo único da Emenda n.º 8 de autoria do Deputado JG de Araújo Jorge e outros.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 1979. — **Freitas Nobre**, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 26, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, destaque para aprovação da Emenda n.º 91, que acrescenta parágrafo ao art. 1.º, do Projeto de Lei n.º 14, de 1979-CN.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1979. — **Freitas Nobre** — **Walter Silva** — **Edson Khair**.

REQUERIMENTO N.º 27, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 224 de autoria do Deputado Benjamim Farah.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1979. — **Freitas Nobre**, Líder do MDB.

REQUERIMENTO N.º 28, DE 1979-CN

Senhor Presidente,

A Liderança do MDB vem nos termos do art. 50 do Regimento Comum do Congresso Nacional solicitar, destaque para aprovação da Emenda n.º 227 de autoria do Deputado Fernando Coelho.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1979. — **Freitas Nobre**, Líder do MDB.